

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O ensino da ditadura militar - O caso uruguaio 1985-2006

Federico Alvez Cavanna *

Resumo: Durante vinte anos o ensino da ditadura militar (1973-1985) esteve praticamente ausente das aulas de história. Desde o poder político, remarcava-se a necessidade do silêncio para evitar os conflitos das memórias que quebrassem a “unidade nacional”. Com o triunfo da esquerda (2005) e a aparição dos restos de desaparecidos, o tema tornou-se inocultável. O texto trata da relação da história ensinada e seus vínculos (usos sociais) e os desafios que a história recente traz para o ensino da história.

Palavras-chave: ensino da história / história recente / ditadura no Uruguai

Abstract: During twenty years the theme of the military dictatorship (1973-85) was practically absent of the history lessons. The political power remarked the necessity of silence to avoid conflicts of the memories. that could brake the “national unit” . With the triumph of the leftists (2005) and the appearance of remaining portions of disappeared people, the subject was impossible to hide. The text deals with the relation history and its bonds (social usages) and the challenges that recent history generates for the history teaching.

Key - words: history teaching / recent history / Uruguay dictatorship

O fim da ditadura militar uruguaia (1973-85), deixou o país com um de cada oito uruguaios torturados e com o triste “record” de ser o regime que teve mais presos políticos por habitante das ditaduras do Cone Sul. Ao retorno à democracia o país desenvolveu uma forte discussão sobre o que fazer como seu passado recente. Dois projetos concorreram na opinião pública: os que indicavam que “não se pode ter os olhos na nuca e deve se mirar para adiante” e os que propunham que a “forma de viver em uma sociedade em paz é sabendo a verdade e deixando que a justiça atue”. No dia 16/4/1989 fechou-se uma etapa da discussão, com o triunfo da visão da impunidade, num plebiscito com muito apertado (57% a 43%). Esta opção implicava a proibição de julgar aos que cometeram violações dos direitos humanos, mas teve um significado político-emocional mais amplo no imaginário coletivo fazendo que o tema ficasse proibido, como algo anacrônico, sem sentido, sobre o que havia voltado à página. A anistia como amnésia, como esquecimento induzido, como proibição de falar sobre o tema, como apagamento sem rastro, para continuar como se nada houvesse acontecido. Como

* Aluno do Mestrado em Educação da UEPG. Orientando do Prof. Luis F. Cerri.

afirma BURKE (2006) “*amnésia esta relacionada com a palavra ‘anistia’, com o que costumavam denominar se os atos de esquecimento, a supressão oficial de lembrar os conflitos em benefício da coesão social*”.

Uma semana antes do plebiscito sobre a “pretensão punitiva do estado” o presidente em exercício Julio Maria Sanguinetti (Partido Colorado, dois vezes presidente 1985-1989 / 2000-2005) sintetizava a idéia que resultou triunfante: “*Não podemos chegar ao 2000 discutindo o ano 1976. Temos que dizer clara e inequivocamente ao passado, que deve ficar para os historiadores, como lembrança, como experiência, porque o futuro não pode seguir envenenado com as discussões do passado*” (SANGUINETTI 1989). Mas, é possível decretar lembranças ou esquecimentos grupais?

Apesar dos intentos por deixar atrás a história recente, de virar a página, uma e outra vez a mesma reaparecia no espaço público uruguaio. O “decreto” de esquecer as desgraças não dava certo e duas sentenças pareciam se impor: só se pode esquecer depois de lembrar, e somente se esquece ao final do processo de lembrança, não ao seu início.

Justamente quando a esquerda assumiu o governo pela primeira vez na história do país, em março de 2005, ordenou averiguar o destino dos mais de 200 desaparecidos, colocando a história recente no centro da opinião pública. Depois de um ano de trabalho por parte de investigadores da Universidade da República foram encontrados os restos Ubagesner Chavez Sosa (29/XI/05) e os de Fernando Miranda¹ (1/III/06). O ocultamento público foi impossível diante das imagens televisivas da aparição dos restos; a repetida frase ‘no Uruguai não há desaparecidos’ caiu depois de 20 anos sendo repetida. Nesse momento as autoridades da educação tomaram como uma de suas primeiras medidas a idéia de “*que os meninos e os adolescentes não podem viver na ocultação de sua realidade imediata*” exortando a todos os “*docentes à análise da história da segunda metade do s. XX*” (CODICEN 2005).

Como se ensina esta realidade da história recente no marco de um discurso que fala de um país “excepcional” e “tolerante”? Que memória transmitir? Que história ensinar? Como afeta isto toda a criação discursiva da história do Uruguai? Para o Professor Carlos DEMASI (16/XII/05) “*A aparição de restos de desaparecidos muda toda a história do país,*

¹ Ambos militantes do Partido Comunista do Uruguai desaparecidos em 1976. O primeiro operário da construção e militante sindical o segundo reconhecido escrivão e professor universitário.

faz cair tudo: o país pacífico, o Estado de Bem-estar. Não é o tema da história recente, é que a história recente não pode representar uma fratura com respeito ao passado...”.

A história à “servidão da política”: a política do silêncio (1985-2005)

Segundo é definida por MUDROVICIC (2000), a história do tempo presente “*tem por objeto o estudo de acontecimentos ou fenômenos sociais que constituem lembranças ao menos de uma das três gerações que compartilham um mesmo presente histórico*”. No caso do Uruguai, as memórias estão sendo um campo de disputa ante a evidencia que os mitos da nação construídos durante o século XX já não estão sensatos depois da ditadura. O professor Carlos DEMASI (1995) perguntava se onze anos atrás:

“O que é hoje ser um uruguaio?”. E respondia “Há trinta anos não teria dúvidas para responder essa pergunta. Os uruguaios tinham construído uma imagem deles mesmos que os satisfazia amplamente... concretizada numa visão arrogante de nosso papel na América Latina”.

Frases como a “*Suíça da América*” ou “*como o Uruguai não há!*” sintetizam a complacente percepção que os uruguaios tinham do seu país até a primeira metade do século XX. Estava claro o que era ser um uruguaio: pertencer a um país democrático, culto, tolerante, “europeizado” e sem pobreza extrema. Porém, ao começo da década de 1960, com a queda de todos os índices econômicos e o aprofundamento da crise social surgia uma situação que levou ao poeta Mario Benedetti a definir o Uruguai como um país “em vias de subdesenvolvimento”. A crise econômica redundou em crise social e por último numa crise política que liquidou as instituições democráticas e a instauração duma ditadura cívico-militar inspirada na “Doutrina da Seguridade Nacional”

Ao retorno democrático a ditadura começou a ser apresentada desde as alturas oficiais como um parêntese num país que sempre foi democrático e que voltou novamente à sua vida normal, um período para o esquecimento em tanto devia se retornar à memória do “Uruguai feliz”. RICO (2004) analisa que

“Ao retornar à democracia reinstala-se com toda sua força legitimadora o relato da “excepcionalidade” do Uruguai com um sistema político racional, democrático, consensual e tolerante. Em sínteses, depois de um golpe de estado e mais de uma década de ditadura como o Uruguai não há!”.

A visão que procurava “definir uma memória oficial” alternou se entre uma explicação e um mandato para a população. A “teoria dos dois demônios” procurou explicar com muita fragilidade que a ditadura aconteceu devido ao enfrentamento entre dois extremos:

a guerrilha e os golpistas, ambos culpáveis da perda das tradições míticas do país, deixando de fora toda a responsabilidade em particular aos políticos, que foram participantes do caminho que finalizou como o golpe de 1973. O mandato foi a “política do silêncio” a criação de um todo poderoso “dedo do poder” que pretendia virar a página como se nada tivesse acontecido.... temos que olhar para a frente. Em uma análise realizada por YERUSHALMI (1989) refere se no geral como “aposta política” ao fato de definir a necessidade do esquecimento, trás um forte conflito dentro do grupo governado. Cita dois acontecimentos dramáticos da antigüidade grega dos quais a “saída política” impõe a frase “fica proibido lembrar as desgraças”. Isócrates explica que “Já que nos trocamos posições (...) nos governamos de maneira tão bela e tão coletiva que parece que não nos houvesse ocorrido nenhuma desgraça” para logo concluir a própria YERUSHALMI (1989) que *“esta todo falado: a política é fazer como se nada houvesse passado. Como se nada houvesse produzido. Nem o conflito, nem o assassinato nem o ressentimento (o rancor)”*. Justamente, quando a discussão sobre a história recente se instale com força no âmbito público o debate vai ser entre os historiadores e em particular os professores de história como muitos integrantes dos grupos políticos (o tema se trata mais para frente). Em realidade, a velha memória e o silêncio sustentavam se em uma tradição “nacional”. Ao dizer de DEMASI (2004), é uma tendência da sociedade uruguaia

“instituir o esquecimento como maneira de defender seu modelo de ‘democracia perfeita’, uma forma de convivência considerada como ideal, construída a partir de destacar a “solução pacífica dos conflitos”. Isto teve suposto a tarefa de amortecer discursivamente os enfrentamentos do passado e elaborar um relato onde a sociedade surja reconstituída sem vencidos nem vencedores”.

De esta maneira, varias gerações estudavam história até a década de 1950, vivendo em um país em crise com 50% dos meninos nascendo abaixo da linha de pobreza, estudavam a história da “Suíça da América”. Na educação primária oficialmente se podia ensinar a história até 1963 e no ensino médio, ainda figurava nos programas oficiais, a maioria dos professores não davam o tema “auto censurando-se”. O discurso contra o ensino da história recente indicou e indica que *“Não é necessário apurar se em ensinar a história recente. Vai-nos dividir. E hoje é bom que fiquemos o mais perto possível”*, declarou Yamandú Fau -Ministro de Educação do último governo de Sanguinetti- (BÚSQUEDA, 31/VIII/2006). Se, como afirma Gimeno Sacristan, é importante a forma como os professores são ‘convidados’ a tomar parte no processo educativo. Fica claro que ainda o tema figurava timidamente no ensino médio, a sinais desde o poder político que eram evidentes: ensinar a ditadura uruguaia era para os professores meter-se num problema. Para Armando Miraldi,

Inspetor Nacional de História de 1993 até 2002 “Se acredita que dar aula sobre a ditadura é violar a laicidade, quando em realidade o problema é a abordagem. Além disso, eu posso violar a laicidade numa aula sobre a Grécia clássica” (MIRALDI 2006).

O ano 2005: uma mudança na história e um novo convite para a história ensinada

Com o triunfo da esquerda, a memória, que tem relação com a distribuição dos espaços de poder motivando seus descobrimentos e ocultamentos na esfera pública mudou completamente. Além da aparição dos “desaparecidos”, houve outros acontecimentos públicos relevantes que geram um clima onde a história recente irrompe com força na sociedade. O 29/8/06 produz se o primeiro processamento de 8 repressores (um suicida-se quando vai ser detido) da ditadura. No dia 16 de novembro de 2006 vão presos o ditador Juan Maria Bordaberry e o chanceler da ditadura Juan Carlos Blanco, o que produz forte impacto político-emocional.

Ao mesmo tempo em que a justiça atuava pela primeira vez contra os culpáveis das violações dos direitos humanos, também pela primeira vez, depois de mais de 20 anos, as autoridades educativas convidavam a todos os docentes ao tratamento do tema. Em novembro de 2005 realizou se um concurso público entre professores de história, em que foram selecionados nove, com dois objetivos: filmar 36 programas de TV, transmitidos pelo canal estatal para atualizar aos docentes, e a realização de um Guia para os docentes. Isto tem desatado fortes conflitos de interesses políticos sobre os usos da história e suas visões nas aulas. O Professor Carlos Demasi foi quem ganhou o concurso e imediatamente chegaram os questionamentos, não do âmbito educativo nem acadêmico mas dos destacados políticos dos partidos tradicionais da direita. O senador do Partido Nacional, Alberto Gallinal exigiu que Demasi fosse separado de seu cargo por sua “concepção ideológica enviesada, por difundir uma visão falsa e conteúdos políticos inaceitáveis” (Brecha, 1/IX/2006). Isto explica em boa medida a auto censura que tinham se imposto os docentes durante a post-ditadura porque é evidente que se pediam a expulsão de um professor tão destacado² (e com um concurso ganhado) o que aconteceria com um “docente comum” que tentasse abordar o tema. Nota se com claridade a vigilância permanente do poder político sobre o ensino da história mesmo sendo esta a primeira vez que as autoridades educativas não cederam à pressão política. Previamente, bastava que um político realizasse uma denúncia para que iniciasse de imediato um sumario ao docente “submetido cada tanto à lupa do poder político. Uma sorte de ‘varita

² Seu currículo se pode ver em www.anep.edu.uy/historia/docentes/demasi/htm

disciplinante’ que promove mediante a afetação do capital simbólico dos docentes sua auto censura nas aulas” (Brecha, 1/IX/06). No caso de Demasi a auto censura virou autodefesa e implicou também a defesa da profissão, atacada desde a esfera político-partidária.

Os partidos tradicionais, que impuserem o silêncio afirmam que dar aula sobre a história recente é uma manobra da esquerda para formatar aos estudantes. Alguns exemplos são os depoimentos do ex deputado colorado Nahum Bergstein afirmando que a esquerda tem “como objetivo a lavagem cerebral” e o ex vice-presidente da República Luis Hierro López declarou que “há um processo político para... tratar de seguir doutrinando vontades nas escolas” (Búsqueda, 21/IX/2006). Estas afirmações que procuram gerar alarme público contradizem todos os estudos sobre educação como afirma LAVILLE (1999)

é possível que todos esses esforços para controlar os conteúdos do ensino da história, bem como os debates que isso provoca, estejam alicerçados numa ilusão. Neste fim de século, é possível que a narrativa histórica não tenha mais tanto poder, que a família, o meio ao qual se pertence, circunstâncias marcantes no ambiente em que se vive, mas sobretudo os meios de comunicação, tenham muito mais influência.

Os desafios que a história recente apresenta para o ensino da história

1 Desafio historiográfico: A história recente, marcada pela crise econômica a ditadura militar e o triunfo da esquerda geram a necessidade de reescrever a história nacional em seus conceitos tradicionais. O estudante não pode chegar até 1973 com um discurso que faz referencia a um país tolerante, democrático e culto e passar, num instante, a um país de desapareções e torturas. Isto é outro adereço que faz da história recente um campo de “combate pela história”. Segundo LAVILLE (1999) “*A maioria das vezes, o que está em jogo nos debates a respeito dos conteúdos do ensino da história é a manutenção de uma determinada tradição*”. A construção da historiografia nacional pareceu ter resolvido o difícil problema da união discursiva das tradições “blanca” e “colorado” depois de quase todo o século XIX de guerras civis. O “blanco” é o rebelde e o “colorado” é a ordem e juntos tinham formado o país perfeito. Então, agora, como unir as análises recentes que contradiz tudo o anterior formado por um frágil discurso de união nacional?

2 Desafio epistemológico sobre a concepção da história ensinada e aprendida: Os vínculos entre memória e história e o estudo de acontecimentos que ainda estão acontecendo, que são parte de uma história do presente, quebram a visão da história como uma atividade essencialmente cognitiva que busca a través das provas uma representação objetiva e

desinteressada do passado. Para uma visão tradicional da história a separação entre passado e presente transforma-se em condição necessária para a objetividade, mas no estudo da história recente, “o julgamento de valor” vai aparecer porque os vínculos passados – presente – futuro são indissolúveis. Este olhar permite o que propõe FONTANA (1992) de “*aprender a pensar o passado em termos de encruzilhadas a partir das quais forem possíveis diversas opções, evitando admitir sem discussão que a forma que se impôs foi a única possível (o a melhor)*”. E para isto é indispensável colocar ao presente numa posição crítica coisa que não sempre gosta ao poder.

3 Desafio didático ante a visão que os alunos tem sobre a história ensinada: A história recente tem uma vantagem que transforma-se em um desafio didático: não tem criada uma rotina de ensino que gera essa típica característica de ensinar como se aprendeu. Numa pesquisa realizada por Peter LEE (2006) indica-se que a concepção sobre a história que os alunos tem três características. Por um lado o passado é visto de forma estática porque há somente uma história “porque é dito assim no livro”. Ao mesmo tempo conhecemos coisas certas somente se as vemos ou fazemos diretamente e o que os historiadores dizem é testável pelas afirmações testemunhadas. É evidente que qualquer destas três afirmações pode ser quebrada ante um bom desafio epistemológico e didático de ensino de história recente.

4 Desafios profissionais dos docentes de história: “*É interessante notar quanto interesse, quanta vigilância e quantas intervenções o ensino de história suscita nos mais altos níveis... mostra quão importante é ela para o poder*” afirma Laville (1999). No caso uruguaio, a maneira mais fácil de atacar a um professor é dizer que “violou a laicidade”. Isto significa que fez “política” na sala de aula. No caso concreto da história, a situação é muito delicada porque implica, além de uma concepção (política) educativa, uma concepção historiográfica que pode ser facilmente atacada pela armadilha de uma laicidade vulgar (e politizada vulgarmente). Com quanto interesse e vigilância os professores cuidam sua autonomia profissional? Mais ainda quando o desafio profissional e cidadão é entre o “silêncio político” e o estudo da história onde pensar, questionar e perguntar sobre o passado seja útil na compreensão do presente e na elaboração de um futuro melhor.

Bibliografia

- BURKE, Peter (2006) “¿Qué es la historia cultural?”. Paidós, Madrid.
- CAETANO Gerardo. RILLA (1999). “Historia contemporánea del Uruguay. De la Colonia al Mercosur”. Colección Claeh, Editorial Fin de Siglo, Montevideo.
- CODICEN (2005) Consejo Directivo Central – Administración Nacional de Educación Pública. Resolución del 26/10/2005.
- DEMASI, Carlos. (1995) “La dictadura militar. Un tema pendiente”. En RICO, Alvaro (coomp.) “Uruguay: cuentas pendientes. Dictaduras, memorias y desmemorias”. Trilce, Montevideo.
- DEMASI, Carlos (2004) “Entre la rutina e la urgencia. La enseñanza de la dictadura en Uruguay”. En JELIN, Elizabeth y LORENZ, Federico. “Educación y memoria. La escuela elabora el pasado”. S XXI, Buenos Aires.
- DEMASI, Carlos (16/XII/2005). Citado en Alvez, Federico. “Los artilugios de un debate”. Semanario Brecha.
- DEMASI, Carlos (22/9/2006) Entrevista realizada en Radio El Espectador. www.espectador.com.uy
- FONTANA, Josep (1992). “La historia después del fin de la historia”. Critica, Barcelona.
- LAVILLE, Christian (1999). “A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História”. Revista Brasileira de História. São Paulo, v19, nº 38, p. 125-138.
- MIRALDI, Armando (2006). Citado en Porley, Carolina. “El difícil aterrizaje del ‘pasado reciente’”. Semanario Brecha. 13/01/2006.
- MUDROVICIC, María Inés (2000). “Algunas consideraciones epistemológicas para una Historia del Presente”. Revista Hispania Nova, Número 1.
- POLLAK, Michael (1989). “Memória, esquecimento e silêncio”. Estudos históricos. No 3. São Paulo.
- QUIRICI, Gabriel “La enseñanza de la dictadura en Uruguay”. Ponencia del Encuentro Mundial de Educadores, La Habana, Cuba, enero 2007.
- LEE, Peter (2006). “Em direção a um conceito de literacia histórica”. Educar em revista. Curitiba, Especial. Editora UFPR.
- RICO, Alvaro (2004). “La dictadura, hoy”. En “El presente de la dictadura. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay”. Ediciones Trilce. Montevideo.
- RICO, Alvaro (2005). “Como nos domina la clase gobernante. Orden político y obediencia social en la democracia post-dictadura. Uruguay 1985-2005”. Editorial Trilce, Montevideo.
- SANGUINETTI (1989) Diario “El Día”, Montevideo. 9/04/1989.

SEMPOL, Diego. “El futuro del pasado. Educación y dictadura, más allá del ‘caso Demasi’”.
Semanário Brecha, 1/IX/2006

YERUSHALMI, Yosef (1989) e outros. “Usos del olvido. Comunicaciones al coloquio de
Rayaumunt”. Ediciones Nueva Visión, Buenos Aires.